

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.367.675 - PR  
(2018/0244955-7)**

EMBARGANTE : PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE DE MARINGÁ

EMBARGANTE : SPLENDOUR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA

ADVOGADOS : LUIZ CARLOS SANCHES - PR015517

LUCIO BAGIO ZANUTO JUNIOR - PR029663

LETÍCIA VENTURA SOARES ZANUTO E OUTRO(S) - PR031733

EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

INTERES. : MUNICÍPIO DE MARINGÁ

**DECISÃO**

Na origem, Ação Civil Pública que objetiva dar efetividade a Lei de uso e ocupação do solo. Na sentença, julgou-se improcedentes o pedidos. No TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, a sentença foi reformada, conforme a seguinte ementa do acórdão:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. LEI MUNICIPAL Nº 752/2009, QUE ALTEROU, PONTUALMENTE, A CLASSIFICAÇÃO DO ZONEAMENTO DE 3 (TRÊS) IMÓVEIS SITUADOS EM UMA MESMA QUADRA. IN- DICATIVOS DE INCONSTITUCIONALIDADE, FRENTE AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, IMPESSOALIDADE, PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE, PREVIS- TOS NOS ARTIGOS 5º E 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO ÓRGÃO ESPECIAL. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados

Interposto recurso especial, fundamentado na alínea *a* e *b* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, por ofensa ao art. 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil, o Tribunal de origem proferiu decisão negando seguimento ao recurso especial, o que ensejou a interposição de agravo nos próprios autos.

Recebidos os autos pelo Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a* e *b*, do RI/STJ, foi proferida

decisão pela qual se conheceu do agravo nos próprios para conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta parte, negar-lhe provimento.

Opostos embargos de declaração, aponta a parte embargante omissão, conforme o seguinte trecho da petição (fl.1261):

"Contudo, Vossa Excelência foi omissa em relação a demonstração de que, o meio utilizado pelo Embargado para alcançar a declaração de inconstitucionalidade da Lei municipal, qual seja, a Ação Civil Pública não é apto.

3. Ainda, data vênia, a r. decisão proferida não considerou que a referida Lei Municipal foi revogada anteriormente à declaração de inconstitucionalidade, acarretando a perda do objeto principal da exordial, em face da edição do Novo Plano Diretor que já considerou os lotes como Zona Residencial n. 3 (ZR-3), revogando-se expressamente a Lei Complementar n. 572/2009, que era objeto destas ações.

4. Além disso, o Embargante pleiteou e comprovou que, ante a revogação expressa em face do Novo Plano Diretor Municipal, deve haver a extinção do processo, como fato superveniente, não havendo que se falar em inconstitucionalidade da LC 572/2009, pois está não estava mais em vigor.

5. A r. decisão também foi omissa pois deixou de reconhecer o direito superveniente dos Embargante em face do Novo Plano Diretor Municipal que reconheceu toda aquela área como Zona Residencial 3 (ZR 3)."

Intimada, a parte embargada apresentou impugnação.

É o relatório. Decido.

Os embargos não merecem acolhimento.

Segundo o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e/ou corrigir erro material.

Conforme ficou claro na decisão embargada, (fl. 1251):

Quanto à alegação de inaptidão da ação civil pública para obtenção de declaração de inconstitucionalidade de lei municipal, bem assim da perda do objeto principal da ação em razão de a referida norma local ter sido revogada anteriormente à declaração de sua inconstitucionalidade, verifica-se que os recorrentes não indicaram nenhum dispositivo legal tido como violado a embasar essas argumentações.

A esse respeito, é forçoso esclarecer que a competência do Superior Tribunal de Justiça, na via do recurso especial, encontra-se vinculada à interpretação e à uniformização do direito infraconstitucional federal.

Nesse contexto, impõe-se não apenas a correta indicação dos dispositivos legais federais supostamente contrariados pelo Tribunal *a quo*, mas também a delimitação da violação da matéria insculpida nos regramentos indicados, para que, assim, seja viabilizando o necessário confronto interpretativo e, conseqüentemente, o cumprimento da incumbência constitucional revelada com a uniformização do direito infraconstitucional sob

exame.

Dessa forma, não constando no apelo nobre, com precisão, quais os dispositivos legais que teriam sido violados, apresenta-se evidente a deficiência do pleito recursal, atraindo o teor da Súmula n. 284 do STF, conforme bem asseverado pelo parecer ministerial de fls. 1.243-1.246. Acerca do assunto, destaco os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 983.543/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 5/5/2017; AgInt no REsp n. 1.597.355/CE, Rel. Ministro Francisco Falcão, DJe 10/3/2017.

A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do CPC/2015, razão pela qual inviável o seu exame em embargos de declaração. Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1.022 DO NOVO CPC.

1. A ocorrência de um dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC é requisito de admissibilidade dos embargos de declaração, razão pela qual a pretensão de mero prequestionamento de dispositivos constitucionais para a viabilização de eventual recurso extraordinário não possibilita a sua oposição. Precedentes da Corte Especial.

2. A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do novo CPC, razão pela qual inviável o seu exame em sede de embargos de declaração.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EAREsp 166.402/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/3/2017, DJe 29/3/2017).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO. CONTRADIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. CARÁTER PROCRASTINATÓRIO RECONHECIDO. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. A contradição capaz de ensejar o cabimento dos embargos declaratórios é aquela que se revela quando o julgado contém proposições inconciliáveis internamente.

2. Sendo os embargos de declaração recurso de natureza integrativa destinado a sanar vício - obscuridade, contradição ou omissão -, não podem ser acolhidos quando a parte embargante pretende, essencialmente, a obtenção de efeitos infringentes.

3. Evidenciado o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, cabe a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do CPC/1973.

4. Embargos de declaração rejeitados com aplicação de multa.

(EDcl na Rcl 8.826/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/2/2017, DJe 15/3/2017).

Cumpre ressaltar que os aclaratórios não se prestam ao reexame de questões já analisadas com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso. No caso dos autos, não há omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz de ofício ou a requerimento devia se pronunciar, considerando que a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

